

O atravessamento da Inteligência Artificial na vida cotidiana

El paso de la Inteligencia Artificial a la vida cotidiana

The crossing of Artificial Intelligence into everyday life

ALESSANDRA BARROS MARASSI¹

Resumo: A presente entrevista tem como objetivo apresentar o pensamento do pesquisador Paulo Nuno Vicente, por meio da publicação do livro intitulado *Os Algoritmos e nós*, em que ele faz uma consistente e crítica análise em torno dos caminhos da legitimação dos algoritmos e da Inteligência Artificial que atravessam a vida social em diversas dimensões e quais são os impactos disso. Neste contexto, apresentamos o diálogo com o autor numa conexão entre Brasil e Portugal.

Palavra-chave: Algoritmos; legitimação; sociedade.

Resumen: El objetivo de esta entrevista es presentar el pensamiento del investigador Paulo Nuno Vicente, a través de la publicación de su libro titulado *Os Algoritmos e nós* (*Los algoritmos y nosotros*), en el que hace un análisis consistente y crítico de las formas en que los algoritmos y la Inteligencia Artificial se legitiman y atraviesan la vida social en varias dimensiones, y cuáles son los impactos de esto. En este contexto, presentamos el diálogo con el autor en una conexión entre Brasil y Portugal.

Palabras clave: Algoritmos; legitimación; sociedad.

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) com pós-doutorado em Ciências da Comunicação (ECA-USP). Docente na Faculdade Cásper Líbero e no Centro Universitário Belas Artes. Email: alebarros8@gmail.com.

Abstract: The aim of this interview is to present the thinking of researcher Paulo Nuno Vicente, through the publication of his book entitled *Os Algoritmos e nós* (Algorithms and Us), in which he makes a consistent and critical analysis of the ways in which algorithms and Artificial Intelligence are legitimized and cross social life in various dimensions, and what the impacts of this are. In this context, we present the dialog with the author in a connection between Brazil and Portugal.

Keywords: Algorithms, legitimization, society.

Introdução

Os caminhos investigativos nos levam para locais de encontro com pesquisadores além das nossas fronteiras, cujos pensamentos, ideias e inquietações dialogam no modo de pensar e compreender o cenário dos algoritmos e da IA na contemporaneidade. O Professor Paulo Nuno Vicente apresenta reflexões em torno do atravessamento dos algoritmos na vida social e política.

A Inteligência Artificial, o papel dos algoritmos na sociedade, as práticas de consumo, a modulação do comportamento e as interações sociais são discutidas por Paulo Nuno Vicente no livro *Os algoritmos e nós*, publicado em 2023 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, em Portugal inicialmente e com previsão de publicação também no Brasil pela EDUFBA.

Nesta entrevista, o professor e pesquisador Paulo Nuno Vicente compartilha sua trajetória acadêmica na Universidade Nova de Lisboa, destacando sua atuação no ensino e na pesquisa sobre mídias digitais. Desde sua chegada à instituição, em 2011, ele esteve à frente de iniciativas inovadoras, como a introdução do Jornalismo Multimédia na universidade e a criação do iNOVA Media Lab, um laboratório interdisciplinar que explora a convergência entre artes, ciências e tecnologias. Vicente explica como esse espaço se mantém dinâmico e adaptável às transformações do digital, promovendo investigações sobre mídias imersivas, plataformas digitais e outras áreas emergentes.

O autor, em sua obra *Os algoritmos e nós*, busca ampliar o debate sobre a legitimação da Inteligência Artificial em diversas esferas da sociedade, desde as mídias até em o sistema judicial e o mercado de trabalho. Para o autor, um dos desafios contemporâneos é a falta de conhecimento acessível sobre o funcionamento dos algoritmos e seus impactos. Por isso, sua proposta é oferecer uma ferramenta de literacia digital que permita ao público compreender melhor as oportunidades e os riscos associados à IA.

Ao longo da conversa, Vicente reflete sobre a necessidade de uma abordagem interdisciplinar no estudo das tecnologias digitais e sobre o papel das universidades na construção de um pensamento crítico que acompanhe as mudanças tecnológicas.

1) Conte-nos um pouco sobre sua trajetória na Universidade Nova de Lisboa

Paulo Nuno Vicente: Iniciei em 2011 uma colaboração docente, então como professor num curso livre de Introdução ao Jornalismo Multimédia, o primeiro curso do gênero na Universidade Nova de Lisboa a incluir um conjunto de novos formatos e tecnologias e que despertou a atenção de muitos estudantes e também de muitos profissionais. No ano seguinte, iniciei docência como professor convidado no Mestrado em Jornalismo, lecionando a disciplina de Questões Contemporâneas do Jornalismo. Em 2014, foi aberto um concurso público para vaga de professor efetivo auxiliar em mídias digitais – o primeiro que abriu na Universidade Nova de Lisboa – concorri e fui o candidato selecionado. Esse edital, além de, naturalmente, contemplar a docência e a pesquisa, incluiu também a missão de criação de um laboratório de mídias digitais – hoje, o iNOVA Media Lab, fundado em 2016. Em 2017, passei a cocreriar o Doutorado em Media Digitais – que hoje coordeno – e em 2020 o Mestrado em Novos Media e Práticas Web.

2) Poderia compartilhar conosco sobre o trabalho investigativo do iNOVA Media Lab?

Paulo Nuno Vicente: A visão do iNOVA Media Lab é a de ser um espaço fluído de investigação, de pensamento associado à prática e um agente de cultura inter e transdisciplinar. Frequentemente, as estruturas universitárias desenvolvem uma tendência para se cristalizarem no tempo e no espaço, para enrijecerem a sua relação com os fenômenos e os objetos de estudo, o que fragiliza a sua capacidade de intervenção e a percepção sobre a sua relevância social. O iNOVA Media Lab, na convergência entre as artes, as ciências e as tecnologias das mídias digitais, procura desde o início esse estado “gasoso”, a capacidade de incorporar temáticas ou domínios que se materializam em investigação e na aplicação de conhecimento com o digital e não se resume a um estudo sobre o digital – por exemplo nas áreas das mídias imersivas e interativos, dos recursos educativos digitais, das plataformas e mídias sociais,

entre outras. Nesse sentido, os pesquisadores, colaboradores e visitantes internacionais que nos procuram têm esse perfil híbrido: o de articular um pensamento social e cultural, com a materialidade tecnológica e com um querer compreender o funcionamento dos sistemas e das infraestruturas que são, no melhor e no pior, uma característica da identidade das sociedades contemporâneas.

- 3) No livro *Os algoritmos em nós*, você discute muito a questão da legitimização dos algoritmos em diversas áreas da vida social. Esta inquietação surge com que propósito?

Paulo Nuno Vicente: Partiu de um duplo diagnóstico: primeiro, o de considerar que as nossas vidas correspondem, na linha do tempo, à era que a aplicação de sistemas de Inteligência Artificial (IA) na vida social será naturalizada e legitimada. Isso acontece hoje em múltiplas áreas: não apenas no campo dos media e do entretenimento, com os sistemas de recomendação, mas em domínios como a justiça, o policiamento, a medicina, a esfera do trabalho, entre tantos outros. Daí o segundo diagnóstico: se, por um lado, a IA prolifera hoje, o conhecimento basilar do seu funcionamento e a documentação de riscos e de oportunidades encontra-se ainda muito restrito à esfera dos especialistas. Com *Os algoritmos e nós* procurei disponibilizar uma obra acessível, ancorada no conhecimento de diferentes domínios de investigação. No fundo, disponibilizar uma ferramenta de literacia para a IA.

- 4) Ao abordar os efeitos da IA na sociedade, há um trecho do livro que você apresenta a ideia de aprendizagem não-supervisionada do algoritmo na *deep learning*. Em que, resumidamente, o algoritmo trabalha em estruturas escondidas que opera na deteção de padrões de visualização e de escuta, a fim de alimentar os sistemas de recomendação presentes em plataformas como Netflix, HBO Max, Disney+, Amazon, Prime Video, Spotify. Como você vê os aspectos éticos dessa modalidade de aprendizagem?

Paulo Nuno Vicente: Há um aspecto que eu sempre sublinho: é importante não confundir a *ciência* da IA com a *aplicação comercial* da IA – embora, como sabemos, um não viva sem o outro. De um ponto de vista de investigação e desenvolvimento, colocam-se desafios muito claros, sobretudo ao nível da *explicabilidade* – ou seja, a capacidade dos cientistas da computação

explicarem a recomendação ou o resultado do algoritmo, que advém dos milhões de parâmetros que hoje compõem estes sistemas; por outro lado, a aplicação comercial destes sistemas acrescenta camadas de outros desafios; o mais evidente é o da “blindagem” destes sistemas à prestação de contas, aquilo que geralmente se designa por efeito de “caixa negra”, que advém não apenas da complexidade técnica, como também do “segredo do negócio” das plataformas digitais. São desafios éticos que necessitam ser acautelados e regulados da mesma forma, como é um remédio – metaforicamente falando, ou seja, submetido a exigentes etapas de testes e só depois colocados em circulação. Contudo, nos últimos quase 25 anos, por comodidade gerada pela ilusão de “gratuitade” de acesso, concedemos às gigantes empresas de tecnologia um poder que até há pouco tempo apenas pertencia aos governos. Sem qualquer efabulação distópica, creio que este novo poder social trará enormes desafios às atuais e futuras gerações.

5) Não sei se há uma resposta para essa próxima pergunta, mas ainda sobre esse tema, como nós enquanto indivíduos sociais, podemos interagir com esses sistemas sem, ou com menor risco em relação às informações que geramos, a partir da nossa interatividade, e que alimentam esses algoritmos?

Paulo Nuno Vicente: Nós somos a matéria-prima das plataformas digitais. Com mais exatidão, é a codificação computacional e a extração dataficada das nossas interações sociais que lhes serve de matéria de combustão. Todos nós queremos estar onde os nossos amigos estão, todos nós valorizamos um certo controle sobre a construção de uma *persona* pública, todos nós queremos pertencer a determinados circuitos sociais. As plataformas digitais sabem disso – que são hoje, provavelmente, a instância que mais estuda e aplica a psicologia de adição – e é esse o seu modelo de negócio: venderem as nossas interações a anunciantes para quem aquelas produzem um encontro algorítmicamente estimado entre oferta e procura. O fundamental é interagirmos com consciência de que “gratuito” não é sinônimo de “livre” (em inglês, o termo *free* pode ser bastante ilusório): a cada interação nossa nestes sistemas estamos transferindo capital social que se converterá em outros e diversos tipos de capital.

6) Em outro trecho do livro você comenta que há uma clara interdependência entre o conhecimento científico e tecnológico, gerado em instituições de ensino

superior, e a sua transformação em aplicações industriais e comerciais a cargo das gigantes tecnológicas. Mesmo com o exemplo citado do Programa sobre Equidade na Inteligência Artificial, poderia comentar um pouco mais sobre essa colocação?

Paulo Nuno Vicente: A *big tech* tem uma capacidade incomparável de recrutamento e contratação das mentes científicas que se desenvolvem em universidades e centros de pesquisa. Assim, existe uma translação de conhecimento científico – geralmente mais aberto e mais interrogável – em propriedade industrial privada. Em certas áreas, isso sempre aconteceu. Contudo, na indústria da IA essa tendência tem consequências de escala e é geradora de uma cultura algorítmica e dataficada que deixa de poder ser facilmente interrogada, questionada, inspecionada. É aquilo a que chamo *privatização do conhecimento social* e considero que é um dos mais significativos desafios sociais que hoje enfrentamos.

7) Você traz a ideia de Byung-Chul Han de que vivemos num mundo progressivamente espectral, em que as coisas são informaticamente convertidas em não-coisas que são atores que processam informação. Indo nessa linha de pensamento, em 25 de outubro de 2023, o Jornal brasileiro Estadão², divulgou uma matéria em que diz que eles lançaram o robô de Inteligência Artificial chamado LEIA, que irá usar o conteúdo do próprio jornal para tirar dúvidas de leitores via *chatbot* turbinado. Na sua visão, um dos efeitos da IA está ligado ao futuro dos empregos? Como fica a questão humana nesse contexto?

Paulo Nuno Vicente: A ideia de um desalojamento de ofícios é das mais presentes no imaginário sociotécnico da IA e muito devedora da ideia de “singularidade”, um momento hipotético no tempo em que os sistemas de IA tornarão como que dispensável uma significativa porção da ação humana. Num primeiro nível, há que dizer que estas decisões devem ser enquadradas pelo prisma cívico e político e não meramente tecnológico. Todas as transições de paradigma tecnológico levaram determinados ofícios a uma maior ou menor extinção – uns desaparecendo por obsolescência funcional, outros remetidos

² A matéria completa pode ser acessada em: <https://www.estadao.com.br/link/cultura-digital/conheca-a-leia-a-ferramenta-de-inteligencia-artificial-do-estadao/>

à esfera do artesanato – ao mesmo tempo que geraram novos ofícios. Para mim, a questão é fundamentalmente cívica: quem é que os processos de automatização deixarão para trás se nada for feito? Seguramente não serão os cidadãos que possuem meios de acesso ao estudo, de procura e de aquisição de novo conhecimento. Persistem nas nossas sociedades profundas brechas de exclusão e a educação é uma delas: a educação ao longo da vida é o único garante sustentável de elevador social e de inclusão. Precisamos que as políticas públicas não se concentrem exclusivamente nos ganhos de eficiência e de produtividade e interiorizem a imprescindibilidade de cidadãos com capacidade de decidir e intervir no seu próprio destino e das sociedades que constituem.

8) Nos tornamos humanos-números que vivem em uma sociedade algocrática em que a administração do poder é feita através dos algoritmos. Sistemas de automação de processos estão embrenhados em várias áreas da sociedade, desde análise de perfil para fim de empréstimos bancários a sistemas de busca (agora por voz) na internet entre tantos outros. Temos clareza da facilidade que a automação oferece, porém, é importante pensar na limitação da empregabilidade num futuro próximo. Poderia falar um pouco sobre o que você diz sobre esse novo tipo de contrato social, no qual a autoridade de governo da vida cívica é diretamente suplementada por sistemas algorítmicos?

Paulo Nuno Vicente: Ao longo da história é notável o fascínio que a quantificação – por exemplo, a disciplina estatística – exerce sobre nós humanos: a encontramos no melhor e no pior que a humanidade já alcançou. A numerificação da vida social é um processo que exerce um redobrado fascínio junto dos gestores e administradores: quer pela simplicidade que decorre da conversão de um traço individual ou de um estado coletivo num dígito, quer pela ilusória maior objetividade que tal comporta. Contudo, é em diferentes níveis apenas uma ilusão de superior objetividade, na medida em que a criação de categorias quantificáveis decorre sempre de juízos de valor sobre a qualidade dos sujeitos ou dos processos. Nas últimas décadas assistimos ao que chamo de *práticas algocráticas*, ou seja, a adoção de sistemas de IA na tomada de decisão e no exercício do poder. Encontramos um pouco disso por todo o globo, por exemplo, na administração escolar por via de cálculos de classificações, no patrulhamento das nossas cidades através

do monitoramento com objetivo preditivo, na elaboração de horários e gestão da eficiência no transporte de mercadorias, entre dezenas de outros exemplos possíveis. Considero que estamos em presença de uma nova modalidade de contrato social, desde logo caracterizado pela mediação de plataformas de gestão e de métricas a que, geralmente o cidadão não tem acesso e/ou que não o incluem como parte negocial. Isso gera uma aparente ou efetiva impenetrabilidade da decisão das diferentes instituições, remetendo o cidadão a um mero papel operativo; penso que precisamos de acautelar que processos como os que estão documentados no livro não se multiplicam, fragilizando a confiança nos sistemas democráticos representativos e participativos.

9) Tem-se discutido muito sobre a importância da regulação das plataformas em vários países da Europa e no Brasil. Em junho de 2023, a COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e a RNCD – Rede Nacional Contra a Desinformação, com patrocínio do CGI (Comitê Gestor de Internet) e apoio do PPGCOM da ECA/USP e do coletivo Intervozes, realizaram o I Workshop da área de Comunicação e Informação sobre a Regulação das Plataformas. Como esse tema tem sido tratado em Portugal?

Paulo Nuno Vicente: Em Portugal, o tema apenas surge pontualmente no discurso público e muito devido ao processo de regulação da União Europeia em torno da elaboração de um Regulamento para a Inteligência Artificial (AI Act). De modo geral, existem dois polos, por vezes algo extremados: um, explicitamente liberal, que recusa integralmente qualquer forma de regulação, deixando ao mercado um atributo de autorregulação, receando que a existência de regulamentos comprometa os benefícios funcionais, econômicos, financeiros e outros do potencial da IA; e aqueles que, em diferentes níveis e sob diferentes modelos, defendem a necessidade de regulação – entre os quais eu me conto. Não se trata de regular a ciência, nem a pesquisa, mas de estabilizar mecanismos que tornem síncrona a disponibilidade tecnológica com o zelo pelo bem-estar dos cidadãos. Trata-se de estabelecer instrumentos de controle de qualidade em momento prévio à disseminação de sistemas de IA e da sua aplicação em áreas sensíveis da vida pública e privada. Um modelo semelhante ao das empresas farmacêuticas é para mim um que possui possibilidades de transposição, por exemplo, na definição de parâmetros de segurança, no estabelecimento da exigência de avaliações independentes das

dos próprios proponentes, no primado da transparência na avaliação. Não creio que seja sustentável persistirmos na prática de corrigir ou indenizar o dano depois, desde logo porque em muitos dos casos isso é praticamente inviável, além de se subverter o princípio de salvaguarda.

11) Em seu livro você apresenta alguns exemplos dos impactos da gestão algorítmica nos ambientes de trabalho já presentes em empresas como Uber, TAP, Starbucks. No Brasil, temos um caso similar (dentre tantos) que é o do aplicativo de entrega iFood. Aqui também é comum empresas usarem a IA nos processos seletivos de contratação, transferindo para o algoritmo a autonomia de decisão de quem avança nas etapas e quem já é eliminado antes mesmo do contato com o recrutador. Jovens que buscam sua primeira colocação de trabalho estão passando por isso de forma cruel, gerando desesperança e frustração. Poderia comentar um pouco os efeitos que isso pode gerar nas sociedades algocráticas?

Paulo Nuno Vicente: O âmbito do trabalho é um dos mais expostos à proliferação algorítmica inerente às práticas algocráticas. Não apenas na fase de contratação, mas na crescente adoção de práticas de gestão que substituem procedimentos de interação entre empregador e trabalhador pela mediação de plataformas de gestão, por exemplo, em índices adaptativos de produtividade, sem consideração de diferentes fatores humanos (desde logo, por exemplo, a própria fiscalidade da tarefa). Vários casos documentados expõem como esta mediação do trabalho dificulta uma comunicação efetiva entre partes, substituindo-a por trocas de informação em fóruns, formulários, entre outros. Em certos casos, como os da contratação, poderemos estar na presença de enviesamentos provenientes dos dados de treino. De uma forma geral, são novas materializações de uma assimetria de conhecimento que, no âmbito do trabalho, correspondente a uma assimetria de poder e de capacidade de ação e autodeterminação.

Bibliografia

COMPÓS. (2023) I Workshop da Área de Comunicação e Informação sobre Regulação de Empresas de Plataformas de Comunicação. Disponível em: <https://compos.org.br/2023/06/i-workshop-da-area-de-comunicacao-e-informacao-sobre-regulacao-de-empresas-de-plataformas-de-comunicacao/>. Acesso em: 04 out. 2023.

ESTADÃO. (2023). **Estadão lança a Leia, robô de inteligência artificial que usa conteúdos do jornal para tirar dúvidas.** Disponível em: <https://www.estadao.com.br/link/cultura-digital/conheca-a-leia-a-ferramenta-de-inteligencia-artificial-do-estadao/>. Acesso em: 04 out. 2023.

HAN, B-C. (2022) **Não-Coisas:** Reviravolta do mundo da vida. São Paulo: Editora Vozes.

VICENTE, P. N. (2023). **Os algoritmos e nós.** Lisboa, Portugal: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Recebido em: 18/02/2025

Aceito em: 25/05/2025